

Dominação Econômica na Amazônia: Espoliação Levada pelo Beirão¹

Pedro Carlos Refkalefsky LOUREIRO² (IFPA e UFPA/PPGCOM)

Otacílio AMARAL FILHO³ (UFPA/PPGCOM)

Resumo

O presente artigo analisa a dominação econômica e a perpetuação de um modelo colonialista na Amazônia, com foco na cidade de Barcarena no Estado do Pará, onde grandes empreendimentos da mineração têm impactado negativamente o meio ambiente e a população local. A exploração dos recursos naturais, intensificada desde a ditadura militar, não gerou os benefícios econômicos prometidos para as comunidades. Em vez disso, o lucro é direcionado para corporações estrangeiras e elites locais, enquanto a pobreza e a exclusão social persistem. A linguagem utilizada pelas grandes corporações e o Estado contribui para uma “consciência possível”, que impede que parte da população perceba plenamente os danos sofridos, mantendo-a em uma situação de passividade. Este estudo discute as implicações desse modelo de comunicação que sugere um retorno de bem-viver à região, além de propor alternativas que promovam um desenvolvimento mais justo e sustentável com a participação das populações locais.

Comunicação e Dominação Econômica na Amazônia

A história do Brasil é marcada por um legado colonialista, onde os recursos naturais do país foram amplamente explorados por potências estrangeiras. Curiosamente, essa mesma nação, historicamente explorada, reproduz, em menor escala, o mesmo processo de exploração, agora na região amazônica. A Amazônia, rica em biodiversidade e recursos naturais, foi transformada em uma "colônia interna" dentro do próprio Brasil. Esse fenômeno reflete a perpetuação de uma lógica colonialista aplicada em nível

¹ Trabalho apresentado no GP32 - Teorias da Comunicação, INTERCOM Nacional 2024.

² Professor no Instituto Federal do Pará e discente de doutorado no Programa de Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA. Email: pedro.loureiro@ifpa.edu.br

³ Professor doutor no Programa de Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA. Email: otacilioamaralfilho@gmail.com

nacional, onde as práticas exploratórias seguem um padrão que submete a região à condição de dependência e exploração contínua. A cidade de Barcarena, foco desta análise, exemplifica essa dinâmica.

Com a instalação de grandes empreendimentos minerários a partir da ditadura militar, entre 1964 e 1985, a exploração dos recursos da Amazônia se intensificou. A chegada desses empreendimentos foi acompanhada pela promessa de desenvolvimento econômico para a região, mas a realidade tem se mostrado bastante diferente. Embora o estado brasileiro tenha alternado sua visão sobre a Amazônia ao longo dos anos, ora considerando-a uma área vulnerável e rica, ora como uma solução para os problemas econômicos nacionais (LOUREIRO, 2022), as ações governamentais frequentemente priorizam o desenvolvimento em detrimento das populações locais e do meio ambiente.

A lógica predatória de exploração, chamada de neoextrativismo, instaurou-se na região. Esse modelo é caracterizado pela extração intensiva de *commodities*, especialmente em grandes empreendimentos de monocultura e mineração. No caso de Barcarena, essa dinâmica se manifesta de forma intensa desde os anos da ditadura militar, com impactos devastadores sobre o meio ambiente e as comunidades locais (SVAMPA, 2013). Essa exploração contínua compromete não apenas os ecossistemas da região, mas também o modo de vida das populações tradicionais, que sofrem com a degradação ambiental e a falta de alternativas econômicas sustentáveis.

Essa situação revela um ciclo de exploração que, ao longo das décadas, se consolidou como parte da estratégia de desenvolvimento do Brasil. Em vez de investir em formas sustentáveis de crescimento econômico e social para a região amazônica, a política nacional favoreceu a expansão de projetos minerários e agroindustriais. Isso gerou não apenas a degradação ambiental, mas também o aumento da desigualdade social nas áreas atingidas. As populações tradicionais e indígenas, historicamente marginalizadas, tornaram-se as maiores prejudicadas, vendo suas terras e recursos serem expropriados para atender às demandas do capital estrangeiro e de elites locais.

Adicionalmente, as consequências desse modelo neoextrativista refletem uma forma de desenvolvimento que privilegia o curto prazo, sem planejamento para o futuro das regiões exploradas. O lucro gerado pela extração de *commodities* é majoritariamente direcionado para grandes corporações e investidores internacionais, deixando poucas oportunidades para que a riqueza permaneça nas comunidades locais. O impacto

ambiental, com a destruição de ecossistemas vitais e a contaminação de rios e solos, compromete as possibilidades de outras formas de economia, como a agricultura familiar e o turismo sustentável, perpetuando o cenário de dependência econômica e social.

A falta de infraestrutura adequada, serviços públicos e investimentos em educação e saúde nas cidades como Barcarena reforça esse quadro de desigualdade. Embora os empreendimentos minerários gerem empregos, a maior parte das vagas oferecidas são temporárias e de baixa qualificação, o que limita as oportunidades de ascensão social para a população local. Além disso, os impactos negativos no meio ambiente dificultam a subsistência das comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais para sua sobrevivência, agravando ainda mais a exclusão social e econômica dessas regiões.

A Linguagem da Dominação Econômica

O processo de dominação econômica na Amazônia vai além das ações físicas e tangíveis de extração de recursos. Ele também se dá por meio da linguagem utilizada nas comunicações das grandes organizações capitalistas, que, direta ou indiretamente, justificam suas práticas e desviam a atenção do público para os impactos reais de suas ações. Relatórios de gestão e peças publicitárias de empresas mineradoras frequentemente omitem informações cruciais ou manipulam dados, criando uma narrativa que mascara as consequências negativas para a população local.

Em Barcarena, as promessas de desenvolvimento se revelaram ilusórias. Apesar dos grandes projetos minerários instalados na região, os índices de qualidade de vida local são alarmantes. Somente 27,8% das residências possuem esgotamento sanitário adequado, e apenas 16,2% dos domicílios urbanos têm urbanização adequada (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/panorama>). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de apenas 0,662, um reflexo claro do abismo entre a geração de riquezas para as empresas e a pobreza da população local.

As elites locais são cooptadas pelas grandes corporações, o que dificulta ainda mais a resistência popular contra a exploração. Enquanto as grandes empresas e os interesses internacionais continuam a lucrar com a extração de recursos naturais, a maioria da população de Barcarena permanece marginalizada, com pouco ou nenhum acesso aos benefícios gerados pelas atividades econômicas na região.

A perpetuação desse modelo econômico cria uma dependência estrutural, onde a riqueza gerada pelos recursos naturais não é reinvestida em projetos que promovam o desenvolvimento sustentável da região. Em vez disso, os lucros são direcionados para fora, enquanto as necessidades básicas da população local permanecem negligenciadas. O resultado é um ciclo vicioso de exploração e pobreza, onde a degradação ambiental se alia à exclusão social, aumentando as desigualdades e privando a população de Barcarena de oportunidades reais de progresso econômico e social.

Além disso, a ausência de políticas públicas eficazes para mitigar os impactos da exploração contribui para a precariedade da infraestrutura e dos serviços essenciais, como saúde e educação. A dependência da economia local de empreendimentos minerários de grande porte limita as opções de desenvolvimento econômico diversificado, tornando a região vulnerável a crises econômicas e à volatilidade do mercado de commodities. Isso agrava a insegurança social e impede a construção de uma economia mais resiliente e inclusiva no local.

Essa dinâmica de dominação econômica e exclusão social é mantida por uma estrutura de poder que favorece o grande capital e perpetua a marginalização das populações locais. Para que haja uma mudança significativa, seria necessário não apenas repensar o modelo de desenvolvimento, mas também fortalecer as vozes das comunidades afetadas, garantindo que seus direitos e demandas sejam levados em consideração em qualquer plano de exploração dos recursos da Amazônia.

A Influência do Grande Capital

O grande capital externo exerce uma força esmagadora sobre a Amazônia. Os governos brasileiros, com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico e fortalecer a balança comercial, frequentemente atropelam os interesses das populações locais. A cultura e as tradições das comunidades amazônicas são desarticuladas em prol de projetos de desenvolvimento que beneficiam, sobretudo, organizações estrangeiras e elites locais.

Barcarena, por exemplo, é uma cidade cuja economia é quase inteiramente voltada para a exportação de *commodities*. No entanto, os benefícios desse comércio não retornam para a população local. O meio ambiente é degradado, as tradições culturais são destruídas e o desenvolvimento prometido nunca se concretiza. A desigualdade na distribuição de

capital entre países e indivíduos não apenas perpetua uma injustiça óbvia, mas também limita as capacidades dos mais pobres de investir em seu próprio futuro, reforçando ainda mais essas disparidades (PIKETTY, 2015).

Quando há resistência por parte da população local, o governo brasileiro tende a atuar em favor das empresas, reprimindo movimentos populares que buscam preservar a autonomia e o bem-estar da comunidade. Essa dinâmica revela um Estado que, historicamente, desde o período imperial até os dias atuais, reprime os interesses populares em favor das classes dominantes (LOUREIRO, 2019).

A dominação do grande capital externo sobre a Amazônia não se restringe apenas às questões econômicas, mas também molda as estruturas sociais e políticas da região. As populações locais, especialmente indígenas e ribeirinhas, que durante séculos mantiveram uma relação harmoniosa com o meio ambiente, são progressivamente afastadas de suas terras e de seus modos de vida tradicionais. As políticas de incentivo à exploração desenfreada de recursos minerais, madeireiros e agrícolas desconsideram as particularidades dessas comunidades, resultando em um processo de desestruturação social que é difícil de reverter. A imposição de um modelo de desenvolvimento alheio às necessidades locais tem gerado um crescente sentimento de impotência entre os habitantes da região, que assistem ao dismantelamento de suas culturas em nome de suposto progresso econômico.

A consequência disso é um aumento da vulnerabilidade das populações amazônicas, que se veem forçadas a migrar para as periferias das grandes cidades, em busca de emprego ou melhores condições de vida, muitas vezes sem sucesso. Esse processo de deslocamento interno alimenta um ciclo de marginalização urbana, onde essas populações enfrentam não apenas a perda de suas raízes culturais, mas também a exclusão do mercado de trabalho formal e o acesso precário a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento. Assim, a promessa de um desenvolvimento que traria prosperidade à região se transforma em uma realidade de pobreza e exclusão para a maior parte da população local.

Além disso, a degradação ambiental, causada pela exploração desenfreada dos recursos naturais, não afeta apenas as condições de vida imediatas, mas também compromete as futuras gerações. A destruição de florestas, a contaminação de rios e a perda de biodiversidade afetam diretamente a subsistência das comunidades que

dependem do ambiente natural para a pesca, agricultura e coleta de frutos. Ao mesmo tempo, esses danos ecológicos representam uma ameaça global, já que a Amazônia desempenha um papel crucial na regulação do clima e no equilíbrio dos ecossistemas planetários. Entretanto, o foco exclusivo na exportação de commodities e na maximização de lucros impede que se adotem políticas que priorizem a sustentabilidade e o bem-estar das populações locais.

Para reverter esse cenário, seria necessário um esforço significativo em repensar o modelo de desenvolvimento aplicado à Amazônia. Isso incluiria a promoção de uma economia mais inclusiva e sustentável, que levasse em consideração as especificidades culturais e ambientais da região. Seria essencial garantir que as populações locais participassem ativamente das decisões sobre a exploração de seus recursos, assegurando que os benefícios econômicos fossem redistribuídos de maneira mais justa. Além disso, políticas públicas eficazes para a conservação ambiental e a promoção de práticas econômicas sustentáveis seriam fundamentais para preservar a Amazônia e garantir o futuro de suas comunidades.

Ao longo do tempo, a dependência do capital externo e a repressão aos movimentos populares têm mostrado que o atual modelo não é apenas insustentável, mas também injusto. A preservação da Amazônia e o bem-estar de sua população só serão possíveis com uma mudança radical de paradigma, em que o desenvolvimento econômico não seja alcançado às custas da destruição ambiental e da desestruturação social. Isso requer um compromisso real com a justiça social, a proteção dos direitos das populações indígenas e tradicionais, e a implementação de políticas que combinem desenvolvimento econômico com responsabilidade ambiental.

A Teoria da Dependência

Desenvolvida por autores latino-americanos como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), oferece uma estrutura teórica relevante para entender o processo de exploração econômica da Amazônia, especialmente em regiões como Barcarena. Essa teoria argumenta que as economias periféricas, como a do Brasil, estão estruturalmente subordinadas às economias centrais, gerando uma relação de dependência que perpetua o subdesenvolvimento. No caso de Barcarena, o grande capital estrangeiro que explora as riquezas locais sem gerar benefícios proporcionais para a população é um claro exemplo de como essa dependência econômica é mantida. A extração de *commodities* destinadas

ao mercado externo reforça essa subordinação, já que o valor agregado do produto é retido fora da região, enquanto os impactos ambientais e sociais são sentidos localmente.

Esse processo de dependência econômica impede que a região alcance um desenvolvimento autônomo e sustentável. A Teoria da Dependência explica como, mesmo diante da geração de riqueza, os países periféricos ficam presos a um ciclo de subordinação, no qual as elites locais muitas vezes se aliam ao capital internacional para manter seus privilégios, em detrimento das classes populares.

No contexto de Barcarena, essa dinâmica é evidente nas práticas que favorecem as grandes corporações mineradoras, ao mesmo tempo em que a população local permanece em condições precárias. A perpetuação desse sistema colonialista interno é um reflexo da dependência externa, que mantém a Amazônia como fornecedora de matéria-prima para o mercado global, sem que haja retorno social ou econômico significativo para os habitantes da região.

A Teoria da Dependência, ao evidenciar a subordinação das economias periféricas às centrais, permite uma análise crítica sobre as práticas econômicas e políticas que perpetuam o subdesenvolvimento de regiões ricas em recursos, como a Amazônia. Em Barcarena, as promessas de modernização e progresso, ancoradas no discurso do desenvolvimento econômico, não se concretizam para a maioria da população local. O controle do capital estrangeiro sobre os recursos naturais da região coloca as comunidades em uma posição de fragilidade, onde suas necessidades e direitos são constantemente negligenciados. Essa dependência estrutural não apenas aprofunda a desigualdade social, mas também mina qualquer tentativa de construir um modelo de desenvolvimento autônomo, que seja capaz de atender às especificidades regionais e promover o bem-estar das populações locais.

Esse cenário reflete a persistente lógica colonialista que marcou a formação histórica das economias latino-americanas, onde os recursos naturais sempre foram direcionados para atender a demandas externas. A riqueza gerada pela extração de *commodities*, como o minério e produtos agrícolas, não é reinvestida na melhoria das condições de vida da população local. Em vez disso, grande parte do valor agregado desses produtos é absorvido por economias centrais, deixando as regiões produtoras com baixos níveis de infraestrutura, saúde, educação e outros serviços essenciais. No caso de

Barcarena, essa contradição é particularmente evidente: cidade rica em recursos naturais, mas marcada pela pobreza e pela falta de oportunidades de desenvolvimento sustentável.

A Teoria da Dependência, portanto, sugere que a superação desse modelo de subordinação econômica requer profunda transformação nas relações de poder, tanto internas quanto externas. Para romper esse ciclo vicioso, seria necessário adotar políticas que promovam a diversificação econômica e reduzam a dependência das exportações de matérias-primas. Além disso, seria crucial criar mecanismos que permitam maior controle local sobre os recursos naturais, garantindo que os benefícios da exploração cheguem diretamente às comunidades. A implementação de políticas públicas inclusivas e o fortalecimento das organizações locais são caminhos para assegurar que o desenvolvimento seja não apenas econômico, mas também social e ambientalmente sustentável, permitindo que regiões como Barcarena tenham futuro mais justo e próspero.

A Teoria das Vantagens Comparativas

Originalmente formulada por David Ricardo (1817), sugere que os países e regiões podem se beneficiar do comércio internacional ao se especializarem na produção de bens nos quais possuem uma vantagem em relação a outras nações. No caso de Barcarena, essa teoria argumentaria que a especialização na extração e exportação de *commodities* como minério e produtos primários poderia, em tese, impulsionar o desenvolvimento econômico da região, gerando maior riqueza por meio da inserção competitiva no mercado global.

No entanto, a aplicação prática da Teoria das Vantagens Comparativas em Barcarena não resultou em um desenvolvimento econômico e social amplamente distribuído. Isso porque, na prática, a teoria desconsidera assimetrias de poder e estruturas coloniais presentes no comércio internacional. Embora Barcarena tenha se especializado na extração de recursos, os benefícios econômicos não se traduziram em melhoria significativa na qualidade de vida da população local, como indicam os baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). Em vez de promover um desenvolvimento sustentável, o modelo de produção voltado para a exportação reforçou a dependência de mercados externos e a vulnerabilidade a oscilações internacionais nos preços das *commodities*.

Se a Teoria das Vantagens Comparativas fosse aplicada com maior atenção às particularidades locais e às necessidades sociais, poderia ter havido uma estratégia mais equilibrada, com investimentos em setores de maior valor agregado, infraestrutura e

educação. Isso possibilitaria uma diversificação econômica que geraria benefícios mais duradouros e inclusivos, tanto econômicos quanto sociais, em vez de perpetuar a dependência de um único setor exportador. No entanto, na ausência de uma política voltada para o desenvolvimento endógeno, a simples aplicação da teoria não seria suficiente para transformar a realidade de Barcarena.

A Teoria das Vantagens Comparativas, embora ofereça uma explicação sólida para a especialização econômica no comércio internacional, falha em reconhecer as complexidades de contextos como o de Barcarena, onde a dependência de *commodities* como principal motor econômico revela profundas desigualdades. O foco exclusivo na extração de recursos primários para exportação limita as possibilidades de desenvolvimento local, pois a maior parte do valor agregado e dos lucros derivados dessas atividades são direcionados para fora da região, enquanto a população local permanece à margem dos benefícios econômicos gerados. Assim, a riqueza potencial que poderia ser acumulada por meio da especialização na produção de *commodities* não é traduzida em melhorias substanciais na infraestrutura ou nas condições sociais, perpetuando a marginalização de grandes parcelas da população.

Além disso, a volatilidade do mercado global de *commodities* impõe riscos significativos para uma economia tão dependente dessas exportações. Oscilações nos preços internacionais afetam diretamente a estabilidade econômica de Barcarena, exacerbando a vulnerabilidade social da população, que, sem alternativas econômicas viáveis, se vê presa a um ciclo de precariedade e incerteza. Ao invés de gerar riqueza de forma ampla e inclusiva, como a teoria de Ricardo sugere, a especialização em *commodities* reforça a concentração de renda nas mãos de poucas corporações e elites, enquanto a maioria da população continua enfrentando a falta de oportunidades para melhorar suas condições de vida.

Uma estratégia mais eficaz para o desenvolvimento de Barcarena exigiria a criação de políticas que promovam a diversificação econômica, investindo em setores que agreguem valor aos recursos locais, como a indústria de transformação e serviços. O desenvolvimento de uma infraestrutura adequada, aliada a investimentos em educação e qualificação da mão de obra, também seria fundamental para permitir que a população local participe de maneira mais ativa e equitativa no crescimento econômico. Apenas com essas medidas a Teoria das Vantagens Comparativas poderia ser ajustada para atender às necessidades específicas da região, gerando um desenvolvimento econômico e social

verdadeiramente sustentáveis, e não apenas o enriquecimento de grandes corporações à custa das comunidades locais.

Consciência Possível e Realidade Oculta

Um conceito central para entender a situação em Barcarena é o de "consciência possível". Isso se refere à percepção limitada que as populações locais têm sobre sua própria realidade, moldada pelas narrativas impostas pelo grande capital. A linguagem utilizada pelas corporações e pelo Estado perpetua uma visão deturpada do desenvolvimento e da exploração, ocultando as consequências reais dessas ações (DURAND, 1997). Essa manipulação narrativa impede que as comunidades locais compreendam plenamente a extensão dos impactos negativos da exploração, mantendo-as em um estado de passividade diante das injustiças socioambientais que enfrentam.

A população local de Barcarena, em sua maioria, não parece perceber que está sob o jugo do grande capital. Para muitos, os poucos benefícios que recebem em troca da exploração mineral parecem justos, o que impede uma conscientização plena dos danos que estão sofrendo. No entanto, ao desmascarar essa realidade, fica claro que a relação entre o que é prometido e o que é entregue é amplamente desigual.

A "consciência possível", como conceito, revela a profundidade das estratégias de controle e manipulação exercidas sobre populações vulneráveis, especialmente em regiões economicamente exploradas como Barcarena. Esse conceito, que surge da relação entre imaginário coletivo e estruturas de poder, ajuda a entender como a percepção de realidade das comunidades locais é moldada por uma teia de narrativas construídas para legitimar a exploração. As corporações e o Estado, agindo em conjunto, utilizam a comunicação como uma ferramenta poderosa para manter as populações alienadas dos verdadeiros impactos da abusiva exploração mineral e das consequências ambientais devastadoras. Isso não ocorre apenas por meio da omissão de dados e manipulação de informações, mas também pela criação de uma narrativa que retrata a exploração como algo necessário e benéfico para o desenvolvimento da região. Assim, a realidade se torna confusa, e a população passa a aceitar um falso equilíbrio entre os danos sofridos e os poucos benefícios recebidos.

Esse fenômeno de "consciência possível" opera em um nível mais profundo quando observamos como os discursos sobre desenvolvimento são apropriados pelas elites locais e corporações estrangeiras para mascarar os danos reais. As promessas de

crescimento econômico e prosperidade são amplamente divulgadas, enquanto os impactos negativos, como a destruição ambiental e o aumento da desigualdade, são minimizados ou simplesmente ignorados. A população de Barcarena, com acesso limitado a informações imparciais e educacionais, acaba por internalizar essas narrativas. Essa aceitação é perpetuada por uma estrutura de poder que prioriza os lucros em detrimento do bem-estar coletivo. Como resultado, muitos moradores locais percebem os danos ambientais e a precarização de suas condições de vida como parte inevitável do progresso, quando, na verdade, são consequências evitáveis de um sistema econômico desigual.

A desigualdade de poder entre o grande capital e as comunidades locais também perpetua a passividade, pois, sem acesso a recursos adequados, as populações não têm os meios para contestar essa exploração de maneira efetiva. A capacidade de resistência é enfraquecida por essa "consciência possível", que age como um limitador da ação social e política. As poucas tentativas de resistência local, como movimentos sociais e protestos, são frequentemente sufocadas pelo silêncio da grande mídia ou cooptadas pelas próprias corporações, que oferecem migalhas em forma de compensações econômicas temporárias, como empregos de baixa remuneração ou projetos de infraestrutura que não atendem às reais necessidades da comunidade. Essa dinâmica de manipulação impede o surgimento de uma consciência crítica e de uma compreensão plena dos direitos que essas populações deveriam ter.

É importante considerar que a transformação dessa realidade requer mais do que uma simples exposição dos fatos. É necessário um processo de conscientização que permita à população local entender as verdadeiras dimensões dos impactos socioambientais e econômicos da exploração. Isso implica em romper com as narrativas impostas pelo grande capital e criar espaços de diálogo que valorizem o conhecimento local e promovam a autonomia das comunidades. O fortalecimento de lideranças locais e a implementação de políticas de educação crítica e ambiental são passos fundamentais para capacitar essas populações a resistir às práticas predatórias e lutar por seus direitos.

Além disso, a questão da "consciência possível" também revela a urgência de repensar o modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia. A dependência da extração de recursos e da exportação de *commodities* perpetua uma lógica colonialista, na qual a região é vista como um simples fornecedor de matéria-prima para o mercado global. Para romper com esse ciclo, seria necessário adotar um modelo que privilegie o desenvolvimento endógeno, com foco na valorização das cadeias produtivas locais, na

sustentabilidade ambiental e na inclusão social. Isso significaria, em essência, transformar a Amazônia em um espaço de inovação e desenvolvimento sustentável, onde as comunidades locais tenham controle sobre seus próprios recursos e sejam capazes de determinar o seu futuro.

A comunicação, portanto, tem um papel central tanto na manutenção quanto na quebra desse ciclo. Enquanto ferramenta de dominação, ela reforça a "consciência possível" e mantém as populações em uma condição de passividade e aceitação. No entanto, a mesma comunicação pode ser usada como um instrumento de empoderamento, quando democratizada e colocada a serviço das comunidades. O acesso à informação transparente, à educação crítica e à participação ativa no processo de tomada de decisões são componentes-chave para que a população de Barcarena, e da Amazônia como um todo, possa superar essa condição de subalternidade.

Em última instância, a superação da "consciência possível" e a construção de uma "consciência crítica" dependerão da capacidade das populações locais de se organizarem e se unirem em torno de uma visão de futuro que privilegie o bem-estar coletivo e a preservação ambiental. A Amazônia, longe de ser uma simples colônia interna, pode se tornar um modelo global de desenvolvimento sustentável e justiça social, mas isso só será possível quando as vozes das comunidades forem colocadas no centro do debate, e não mais à margem das decisões que impactam suas vidas.

Conclusão

A Amazônia, especialmente em locais como Barcarena, representa um exemplo claro de como as promessas de desenvolvimento econômico podem mascarar um processo de exploração contínuo. A riqueza gerada pelos recursos naturais é extraída em larga escala, mas os lucros e benefícios ficam concentrados nas mãos de poucas elites locais e internacionais. Enquanto isso, as comunidades que habitam a região permanecem em um ciclo de pobreza, com condições de vida precárias e pouca infraestrutura para sustentar seu bem-estar. As promessas de progresso, emprego e qualidade de vida, tão frequentemente utilizadas para justificar a instalação de grandes empreendimentos, são raramente cumpridas, e as necessidades locais continuam a ser negligenciadas.

A comunicação, como vimos, desempenha um papel central nesse processo. As corporações, com o apoio de setores governamentais, utilizam narrativas cuidadosamente construídas para apresentar a exploração de recursos como uma necessidade inevitável

para o crescimento econômico do país. Essas narrativas distorcem a realidade, ocultando os danos ambientais, sociais e culturais causados pela extração de recursos. A "consciência possível", conceito que descreve a percepção limitada das comunidades locais sobre sua própria realidade, mantém a população em um estado de aceitação passiva. O poder da comunicação está em moldar a percepção pública, e, quando utilizada de forma manipuladora, contribui para a perpetuação das injustiças que afligem a região.

A superação desse cenário de exploração não será simples, mas é absolutamente necessária. O Brasil precisa reavaliar urgentemente a maneira como lida com a Amazônia e suas populações. A adoção de um modelo de desenvolvimento que priorize as necessidades das comunidades locais e respeite o meio ambiente é fundamental. Isso inclui o fortalecimento das vozes das populações indígenas e ribeirinhas, que tradicionalmente mantêm uma relação sustentável com o ecossistema amazônico, e a criação de políticas públicas que promovam inclusão social e econômica. Somente com participação ativa das comunidades nas decisões sobre o futuro da Amazônia será possível romper com o modelo de subordinação econômica e social que tem prevalecido até agora.

É necessário fomentar a mudança estrutural nas relações de poder que governam a Amazônia. O domínio do grande capital nacional e internacional, precisa ser desafiado por meio de uma maior regulamentação e fiscalização das atividades de mineração e agronegócio, além da implementação de mecanismos de redistribuição dos lucros gerados pela exploração de recursos. Isso poderia incluir a criação de fundos comunitários e programas de compensação que beneficiem diretamente as populações afetadas, assim como investimentos em infraestrutura básica, saúde, educação e saneamento.

Por fim, a sustentabilidade ambiental precisa estar no centro de qualquer política futura para a Amazônia. A região não pode continuar sendo vista apenas como fonte de *commodities* para o mercado global, mas deve ser tratada como um patrimônio ambiental de importância mundial. O equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental não é apenas possível, mas necessário. A preservação da Amazônia não é uma questão que afeta apenas o Brasil, mas tem implicações globais em termos de regulação climática e biodiversidade. Proteger o futuro da Amazônia é proteger o futuro do planeta.

Em suma, o desenvolvimento econômico prometido para a Amazônia pelas grandes corporações tem sido uma ilusão que beneficia apenas uma minoria. A verdadeira justiça social e ambiental será alcançada somente quando o controle dos recursos naturais

e as decisões sobre o futuro da região estiverem nas mãos das populações locais. Até que isso aconteça, a Amazônia brasileira continuará a ser explorada como uma colônia, dentro de seu próprio país, sacrificando o bem-estar de suas comunidades e a sustentabilidade de seu ecossistema em prol dos interesses do grande capital.

Referências:

AMARAL FILHO, Otacílio. *Marca Amazônia: o marketing da floresta*. Curitiba, Brasil: Editora CRV, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

CARVALHO, Claudiane Oliveira. Quem determina a agenda jornalística? Seleção e construção da notícia na relação entre assessoria de imprensa e jornalismo. *Revista Dispositiva*, n.1, v.5, p. 19-38. Belo Horizonte, Brasil: Dispositiva, 2016.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Estratégias de Expansão Territorial da Mineração na Amazônia, Desastres Socioambientais e Zonas de Sacrifício. in *Dossiê Desastres e Crimes Ambientais da Mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho*. Belém, Brasil: 2019.

DURAND, Gilbert. *Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 1997.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Colônia do Brasil*. Manaus, Brasil: Editora Valer, 2022.

PIKETTY, Thomas. *A Economia da Desigualdade*. Trad. André Telles, versão Kindle. Rio de Janeiro, Brasil: Intrínseca, 2015.

RICARDO, David. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. (Original publicado em 1817).

SVAMPA, Maristella. Consenso de los Commodities y Languages de Validación em América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, n. 244, mar-abr 2013.